

HISTÓRIA TRADICIONAL DA CONTABILIDADE

*Prof. Arievaldo Alves de Lima
Mestre em Administração de Empresas*

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é instrumentalizar todos aqueles que buscam fundamentações na Ciência Contábil como uma linguagem universal de negócios e atividades econômicas internacionais. Essa experiência de pesquisa, em primeiro lugar, se deve ao alargamento do leque temático estudado e, sobretudo, na utilização de novos enfoques e metodologias, circunstância que está a proporcionar um animado debate entre partidários deste tema e os adeptos da “Nova História da Contabilidade”. Em segundo lugar, a necessidade, sempre presente, de justificar o caminho cognitivo na vivência docente ao ministrar a disciplina “Teoria da Contabilidade” no curso de Ciências Contábeis.

Em verdade, essa pesquisa não deve ser considerada como sendo os pontos de apoio únicos e possíveis de serem aplicados, mas a criatividade em tornar a história mais rica ao ser repassada aos grupos de interesse no momento atual, onde os efeitos da internacionalização tornam nosso planeta cada vez menor na troca de experiências.

A NOVA HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

O aparecimento da nova “Nova História da Contabilidade” é, sem dúvida, o

acontecimento mais importante surgido no seio desta disciplina nos últimos quinze anos e provavelmente causador de grande parte do novo interesse que ela desperta. Os seus impulsos geradores procedem da união entre o novo paradigma, crítico radical da investigação contabilística, com a discussão metodológica e epistemológica que agita as águas das ciências históricas, desde há cerca de duas décadas de anos.

A “Nova História da Contabilidade” não constitui, certamente, uma escola ou corpo unitário de doutrina. Mas os seus partidários compartilham idéias e tendências comuns, que os distanciam da forma tradicional como a História da Contabilidade sempre tinha sido entendida. Muito sinteticamente, pode-se dizer que as duas características que distinguem a “Nova História da Contabilidade” são as seguintes: em primeiro lugar, a perda de convicção na possibilidade de se alcançar a objetividade, no estudo e descrição dos fatos históricos, o que dá origem a que a interpretação dos fatos ganhe a primazia sobre a apresentação dos mesmos. Em segundo lugar, o abandono de uma espécie de darwinismo histórico-contábil, que consiste em pensar a Contabilidade como as restantes atividades humanas, sujeita a um processo mais ou menos linear de progresso contínuo. Essas características juntam-se à idéia de que a Contabilidade não deve ser estudada unicamente como uma técnica, mas também como uma peça do contexto social e

organizativo da sociedade. Nesta concepção, jogam um papel essencial, as idéias de Michel Foucault, relativas às relações saber-poder da disciplina na sociedade dos nossos dias.

Entre as associações que contribuem para o estudo da História da Contabilidade, provavelmente, a mais importante será The Academy of Accounting Historians, fundada nos Estados Unidos no ano de 1973. Desde o início esta Academia organiza os Congressos Mundiais de Historiadores de Contabilidade, que acontecem de quatro em quatro anos, nas mais diversas partes do mundo. O último celebrou-se no ano de 1996 em Kingston, no Canadá e o próximo terá lugar em Madrid no ano de 2000. Por outro lado, a Academia publica as revistas The Accounting Historians Notebook.

Outras destacadas associações de Historiadores de Contabilidade são a Società Italiana di Storia della Ragioneria, que organiza Congressos a cada dois anos; o Accounting History Special Interest Group of the Accounting Association of Australia and New Zealand, que publica a revista Accounting History; a Accounting History Association of Japan, o Groupe d'Etudes d'Histoire del Conseil Supérieur de l'Ordre des Experts Comptables Français; a Comisión de Historia de la Contabilidad de AECA (Asociación Española de Contabilidad e Administración de Empresas), etc. A mais recente é o Centro de Estudos de História da Contabilidade criado em Portugal pela APOTEC, em junho de 1996. Todas essas associações organizam encontros de historiadores de Contabilidade e publicam nas suas revistas.

Entre as revistas dedicadas especificamente à História da Contabilidade deve-se salientar a Accounting, Business and Financial History, publicada pela Business History Research Unit da Universidade de Cardiff. Por outro lado, entre os Congressos que dedicam especial atenção à História da Contabilidade, têm especial destaque os Congressos anuais organizados pela European Accounting Association.

Outro recente encontro da classe aconteceu, recentemente, em 1997 na França,

onde se realizou o XV Congresso Mundial de Contadores. Destacadas personalidades representando países e órgãos importantes no estudo, pesquisa e divulgação da imprescindibilidade e importância da Contabilidade, demonstraram o prestígio da profissão – e a preocupação de contadores e de autoridades econômicas mundiais – quanto aos destinos e às perspectivas de progresso e de consolidação da profissão contábil.

AS NORMAS EM CONTABILIDADE

As Normas em Contabilidade são preocupações que hoje existem em quase todos os Países do Mundo, assim como têm sido matéria preferencial nas entidades internacionais que se dedicam exclusivamente a esse trabalho. É inequívoco que se buscam caminhos para que a informação possa ser de qualidade, mas, não é menos verdade que existem problemas sérios em relação a uma harmonia. O principal problema tem sido o de natureza conceitual, ou seja, muitas normas se erguem sem que os conceitos antes tenham fortalecido as suas razões de ser.

A harmonização das normas internacionais de Contabilidade e Auditoria será uma das condições para a profissão contábil enfrentar os desafios da globalização. Ressalto que essa internacionalização exigirá que as Contabilidade tenha, realmente, uma linguagem comum e suas normas sejam aceitas em todos os países na emissão dos demonstrativos e relatórios contábeis, evitando as eventuais reclassificações que distorcem as análises econômico-financeiras para tomada de decisões, especialmente em países emergentes. A regulamentação e o acompanhamento desses Princípios deve ser de responsabilidade de órgãos da profissão contábil, criadas em número não muito excessivo, a fim de não causar conflitos, dadas as características econômicas e culturais de cada país.

Nos países desenvolvidos, geralmente as Entidades privadas de Classe, criadas para este fim, são as que cuidam do assunto, sem interferência governamental. Cita-se a

Federação Internacional dos Contadores – IFAC, a Comissão Internacional de Normas Contábeis – IASC, Organização Internacional de Bolsas de Valores – IOSCO, Securities and Exchange Commission – SEC, Financial Accounting Standards Board – FASB e outras entidades internacionais, regionais e nacionais que fixam normas contábeis e fiscalizam o cumprimento de suas determinações. A regulamentação da profissão, a fixação de normas de Contabilidade, de Auditoria e de relatórios, bem como a harmonização internacional das normas são motivos de prestígio e de credibilidade para a profissão; por outro lado, é importante conciliar os interesses nacionais e internacionais, o que nem sempre é tarefa fácil.

A grande saída para uma solução parece ser um socorro da Epistemologia Contábil, sem o que, entendem muitos mestres da atualidade, não se encontrará a solução que leve as informações à sinceridade; ou ainda, só a teoria Contábil tem condições de dar qualidade ao movimento normativo. Se produzimos uma Norma sobre Avaliação, mas, não esclarecemos o que se deve entender e o que seja avaliação, tal norma pode ter seus efeitos; todavia, a ela sempre faltará o conteúdo fundamental que possa explicar suas verdadeiras razões. Subtende-se que a Norma Contábil seja uma forma de estabelecer parâmetros padrões para a informação, partindo de uma base aceita como válida para a evidência de fatos patrimoniais. Não basta, contudo, por exemplo, normalizar, estabelecendo que a avaliação das mercadorias seja feita ao preço de custo de aquisição, sendo necessário ter-se bem claro e definido o que seja o valor, o que seja o custo e também custo de aquisição. Todas essas expressões são “conceitos”. Normas, pois, sem o respaldo conceitual, correm o sério risco de não produzirem efeitos plenos. Esse é o entendimento que está agasalhado na opinião de mestres modernos da melhor qualidade como Tua Pereda, Cubillo Valverde, Gabas Ferreira Fernandes, e outros. Se vamos estabelecer normas, só é possível fazê-lo, de forma segura, a partir do lastro teórico e que nos oferece a matéria conceitual.

No correr dos anos, dos milênios, habituaram-se os profissionais a certas modalidades de escrituração; mesmo na idade média, quando o processo das partidas dobradas parece ter amadurecido, nada se fez mais que seguir tradições acumuladas, reformadas, apenas, com a evolução escritural que ia-se processando. Uma simples análise dos documentos que nos chegaram até os dias de hoje, provenientes dos séculos passados, nos mostra que os regimes da escrita iam seguindo uma tradição, desde aqueles ditos “tabulares”, até os mais evoluídos a partir do século XIII. Todas as atuais ciências tiveram seus berços no empirismo e a Contabilidade não escaparia dessa marcha do destino do conhecimento. Natural, pois, seria, quando no início deste século XX buscou-se estabelecer consensos sobre as formas de registrar, partindo para as Normas, se encontrasse uma séria dificuldade. Tal dificuldade ainda persiste, pois, cada grupo, cada instituição, cada região, acaba por entender que a verdade tem sempre a face voltada para ela e, nesse caso, somando-se ainda a forma empírica de observar-se o que é “uso e costume”, e, não, o que científico, termine-se por elaborar Normas que não encontrem respaldo lógico. Nessa luta por prevalecer modelos, a perda tem sido sempre a da verdade, a da lógica.

OS ESFORÇOS ATUAIS NO CAMPO CONCEITUAL

De há muito tem-se buscado enriquecer a doutrina contábil de conceitos e de teorias competentes. Especialmente neste século XX, intelectuais de altíssima qualidade conseguiram construir edifícios doutrinários de valor apreciável, em diversas partes do mundo (Itália, França, Portugal, Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Argentina, Brasil, entre outros, de contribuição de parco conteúdo. Os norte-americanos, por exemplo, pouco estudaram o que aconteceu na Europa e buscaram formas próprias, alheias muitas vezes, à excelente qualidade intelectual das conquistas alemãs, italianas, francesas, portuguesas e outras. Quem

lê os autores anglo-saxões percebe o quanto se mantiveram distantes das grandes doutrinas italianas, embora a recíproca não seja verdadeira (os italianos, por exemplo, buscaram conhecer bem o que se realizava no continente americano).

O Brasil, recentemente, através do Conselho Federal de Contabilidade, em sua resolução 774, editou bases conceituais de raro valor. Procurou situar, cientificamente, a Contabilidade e os seus fundamentos de razões. Igualmente, agora, também na Espanha, a Associação de Contabilidade e Administração de Empresas – AECA, trabalha em “marcos conceptuais”, com equipe de grande qualidade, e com uma participação muito ativa de especialistas como o Doutor Tua Pereda. Igualmente, valores de rara importância intelectual como José Antônio Lainez Gade, da Universidade de Saragoça, e sua equipe, lutam de forma expressiva no campo da harmonização das Normas. Há uma consciência de que é preciso padronizar procedimentos pelos caminhos da ciência, da doutrina, da Teoria, e ela está cada vez mais generalizada. A informação, para que possa servir à ciência, precisa estar baseada em princípios científicos; é inquestionável, assim como é preciso, que mais se difundia, em todo o mundo, as conquistas científicas das escolas européias.

CONCLUSÃO

Em fins de 1995, foi publicado na Revista de Contabilidade e Comércio, do Porto (dez 95, número 208, pág. 523), um extenso artigo sobre o Valor da Teoria no Ensino da Contabilidade; esse mesmo tema havia sido desenvolvido em conferência, na V Jornada de Contabilidade, em Portugal. Dentre os temas que formaram o conjunto de argumentos que foi sustentado, destacou-se o da virtude que uma cadeira de Teoria da Contabilidade deve ter, no sentido de ensinar a raciocinar através de conceitos, sendo estes, bases de teoremas formadores das ciências. A falta de conhecimento teórico leva a graves consequências na prática profissional, dentre

elas, as mais gravosas, as de Produções de Princípios e Normas Contábeis de natureza débil e conflitante.

O importante da formação teórica é que ela, emergindo da prática, passando pelo raciocínio e testando-se na experiência, estabelece um tipo de conhecimento qualificado. A Teoria é uma Prática dotada de alto índice de inteligência, de arcabouço de rigores lógicos e resistentes às debilidades do simples uso e costume, ou seja, do que foi dito; por exemplo, “Princípio Geralmente Aceito”, mas, que, na realidade, era apenas a óptica de algumas pessoas.

O estudo teórico, todavia, deve passar por caminhos longos, a começar pela história das Doutrinas da Contabilidade, o caminho cognitivo da Filosofia do Conhecimento. O conhecimento das relações lógicas que existem na formação e evolução do fenômeno patrimonial, incluindo, nessas, as essenciais, as dimensionais e as ambientais; deve ser estudado para a análise dos Teoremas e Axiomas da Contabilidade, única forma que entendemos viável de compreensão do que se passa com a riqueza das células sociais.

BIBLIOGRAFIA

- BENAU, Maria Antonia Garcia. *Relación entre teoria y práctica contable*. Boletim AECA n.º 40, Madrid, fev-jun, 1996.
- BRUNET, André A. *La Normalisation Comptable au Service de l'entreprise, de la Science et de la Nation*. Edição Dunod, Paris, 1951.
- CAMARGO, Ynel Alves de. *Normas Brasileiras de Contabilidade*. 2.ed. CFC, 1991.
- DIEZ, Julita Garcia; ARIAS, Antonio Martinez. *Contabilidade General*. edição Civitas, Madrid, 1995.
- FERREIRA, Rogerio Fernandes. *Panorama da Harmonização Contabilística em Portugal*.

- Revista de Contabilidade e Comércio* n.º 210, Porto, 1996.
- GADEA, José Antonio Lainez, GASTÓN, Suzana Callao e JARNE, José Ignacio Jarne. La Diversidad Contable y su Armonización – La experiencia de la Unión Europea. *Boletim IPAT* n.º 12. Belo Horizonte, fev., 1997.
- MAIS, Vincenzo. *Filosofia della Ragioneria*. Edição Tamari, Bolonhas, 1961.
- MATTESSICH, Richard. Academic Research in Accounting, the last 50 years. *Asia Pacific Journal of Accounting*, volume 3, n.º 1, Hong Hong, jun. 1996.
- PAPAU, J. Xirau. *O Sentido da Verdade*. Edição Atlantica, Coimbra, 1973.
- PEÑA, Enrique Fernandes; RODRIGUEZ, Carlos Mallo. *Plan General Frances de Contabilidade*. Edição ICAC, Madrid, 1992.
- PEREDA, Jorge Tua. Ampliar el Marco Conceptual de la Información Financeira. *Boletim AECA* n.º 40, Madrid, fev. 1996.
- _____. Necessitamos um Marco Conceptual? *Revista de Contabilidade e Comércio*. n.º 213, Porto, 1º trim., 1997.
- REIS, José Vieira dos. *Os Documentos de Prestação de Contas na CEE e a Legislação Portuguesa*. Edição Rei dos Livros, Lisboa, 1990.
- SÁ, Antonio Lopes de. *Nuevos Rumbos Científicos em la Contabilidad, em Suma*. n.º 41, Maryland, USA, jun., 1996.
- _____. Valor da Teoria no Ensino da Contabilidade. *Revista de Contabilidade e Comercio*, n.º 208, Porto, 1995.
- VALVERDE, Carlos Cubillo. *Quince años de Normalización Contable Española, in la Contabilidad em España em la segunda mitad del siglo XX*. Edição técnica contable, comemorativa 40 anos edit. Madrid, 1989.